

# Righi protesta contra a rejeição de projeto

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

As lideranças do PMDB na Câmara e no Senado não estão adotando qualquer providência para mobilizar deputados e senadores no dia 12, na votação da emenda constitucional que dá poderes constituintes ao futuro Congresso, a ser eleito no dia 14 de novembro de 1986. A proposta é de iniciativa do líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP).

"Não estamos preocupados com essa emenda. O governo deverá tomar a iniciativa, ainda neste mês, de propor a eleição para a Assembléia Constituinte" — esclareceu o líder Pimenta da Veiga. Nos demais partidos há setores a favor da emenda Righi, mas nenhuma liderança expediu telegramas convocando seus líderados para a sessão do Congresso na quarta-feira.

Na opinião dos líderes governistas Pimenta da Veiga e Humberto Luceira, a proposta do líder do PTB não pode ser apoiada pela maioria "por conter imperfeições". Irritado, o deputado Righi reagiu: "O único defeito de nossa proposta é a de ser de autoria parlamentar, prerrogativa legítima que o governo da Nova República quer negar, com as mesmas artimanhas utilizadas pelos governos anteriores".

Um dos pontos criticados é a restrição da emenda do líder do PTB para que a Constituinte possa extinguir a Federação e a República. A liderança do governo comentou que a Constituinte, para ser Constituinte, deve ter liberdade na ação e soberania na decisão. Respondendo a essa crítica, Gastone Righi observou: "Todos nós, congressistas, juramos respeitar esse princípio constitucional. Se o governo e as lideranças do PMDB entenderem que não há constitucionalidade em proposta para extinção da República e da Federação, poderão pedir destaque a esse dispositivo, para suprimi-lo".

Sobre a posição dos senadores eleitos em 1982 e com mandato até janeiro de 1990, o líder do PTB incluiu na

emenda artigo considerando esses 23 senadores membros da Constituinte, com plenos poderes. O PMDB pretende submeter ao eleitorado a presença ou não desse terço do Senado na Constituinte.

Gastone Righi afirmou que os senadores eleitos em 1982 já têm poder constituinte, ainda que derivado. Hoje, eles representam 33% no poder de deliberação de qualquer matéria constitucional. Se participarem da Constituinte homologados pelo eleitor em 15 de novembro de 1986, terão até poder diminuído — com expressão de cerca de 4% da Assembléia.

O representante paulista não dá maior importância ao fato de a comissão mista que examinou sua emenda ter apresentado parecer contrário, do relator Otávio Cesário (PDS-PR). "O próprio relator me confessou que o seu parecer foi político".

Mais uma proposta de emenda constitucional estabelecendo a realização de um plebiscito, concomitantemente com as eleições de 1986, para saber se os deputados federais e estaduais que estarão sendo eleitos terão ou não poderes para elaborar nova Constituição, será apresentada segunda-feira, na Câmara, pelo deputado Jorge Arbage (PDS-PA).

Ao anunciar ontem, na Câmara, sua iniciativa, o deputado disse que sua proposta "coincide em gênero, número e grau" com as idéias expostas por meio da imprensa pelo ex-deputado Célio Borja, hoje assessor especial do presidente da República. A seu ver, somente um plebiscito pode permitir ou não que o Congresso a ser eleito em 1986 funcione como Assembléia Nacional Constituinte.

A proposta a ser apresentada pelo deputado paraense prevê também que os eleitores sejam consultados a respeito dos senadores eleitos em 1982 (um terço do senado) e cujos mandatos irão até 1990, para se saber se eles também deverão ou não participar da futura Assembléia Nacional Constituinte.